



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**GLEISE FERREIRA DE OLIVEIRA
PRISCILA LARRY CHAGAS MENDES**

**IMPLEMENTAÇÃO DA EQUIPE DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA
ESCOLA ESTADUAL AGDA FONTES FERREIRA**

**Nossa Senhora da Glória/SE
2016**

**GLEISE FERREIRA DE OLIVEIRA
PRISCILA LARRY CHAGAS MENDES**

**IMPLEMENTAÇÃO DA EQUIPE DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
NA ESCOLA ESTADUAL AGDA FONTES FERREIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).
Eixo temático: Escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos
Orientadora: Msc. Flávia Priscila Tenório

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Oliveira, Gleise Ferreira de; Mendes, Priscila Larry Chagas, 2016
Implementação da Equipe de Mediação de Conflitos na Escola Estadual Agda
Fontes Ferreira – 2016. 41 f.: 30 cm.

Orientadora: Prof . Msc, Flávia Priscila Tenório.
Plano de Intervenção/Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe
/ Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Escola como espaço
de promoção da cidadania e mediação de conflitos, 2016.

1. Mediação de conflitos. 2. Ambiente escolar. 3. Diálogo I. Tenório, Flávia
Priscila. II. Implementação da Equipe de Mediação de Conflitos na Escola Estadual
Agda Fontes Ferreira.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção das discentes Gleise Ferreira de Oliveira e Priscila Larry Chagas Mendes sobre o título “Implementação da Equipe de Mediação de Conflitos na Escola Estadual Agda Fontes Ferreira” defendido e aprovado em 12 de março de 2016 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. MSc. Flávia Priscila Tenório
Presidente

Prof. Dr^a. Adriane Álvaro Damascena
Membro Titular

Prof. Dr. Ferdinando Santos de Melo
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Deus, em primeiro lugar, que nos guiou e nos deu forças para essa caminhada.

Aos nossos pais que sempre nos encorajando, e muitas vezes acreditando na gente, muitos mais do que nós mesmos assim, cultivaram todos os valores que nos transformaram em adultos responsáveis e conscientes que somos hoje, e muitas vezes sacrificando os seus sonhos em favor dos nossos.

A equipe de coordenação do curso de Especialização que nos proporcionou o aprendizado fantástico e ampliado sobre o papel social da escola, o processo de construção dos direitos da criança e do adolescente e nos motivou a pensar em estratégias para o enfrentamento das situações que compõe a violação de direitos do público infanto-juvenil. Agradecemos pela oportunidade de estar neste curso.

A equipe profissional e aos alunos que compõe a Escola Estadual Prof.^a Agda Fontes Ferreira que possibilitam a construção do projeto de Intervenção. Nosso muito obrigada! Pois foi um momento gratificante e enriquecedor neste processo de construção e troca de experiências e saberes.

Por fim aos nossos professores/ tutores e orientadores que nos auxiliaram na formação do conhecimento deste curso tornando-nos mais sabedores dos direitos infanto -juvenil.

“Considerando-se que o conflito é inevitável, a aprendizagem da habilidade em resolvê-los torna-se tão educativa e essencial quanto a aprendizagem da matemática, história, geografia, etc., sendo que, na maioria das ocasiões, as próprias crianças podem resolver seus conflitos de maneira tão adequada quanto com o auxílio dos adultos.”

(Maria do Céu Lamarão Battaglia)

RESUMO

A mediação de conflitos, no ambiente escolar, é uma técnica que problematiza o próprio conflito dentro da escola, e possibilita a criação de possíveis soluções e estratégias de enfrentamento a partir dos sujeitos envolvidos. Neste sentido, o trabalho objetivou mediante o estudo das relações interpessoais no ambiente escolar da Escola Estadual Prof.^a Agda Fontes Ferreira, localizada no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, construir um diagnóstico e estratégia de intervenção para os conflitos visualizados na relação cotidiana dos alunos. Assim, observada a importância da contribuição da escola no processo de aprendizagem e construção da cidadania, foi realizada pesquisa com os alunos do 5º ano e com o gestor da unidade por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Sendo utilizada a amostragem de 05 alunos e 01 gestor da coordenação pedagógica para análise de dados. Por meio da pesquisa foram identificados os seguintes problemas: baixa participação dos responsáveis nas reuniões escolares, conflitos entre os alunos, eventos corriqueiros de especulações e boatos entre os alunos, *bullying*, omissão dos responsáveis. Optou-se por elaborar uma proposta de intervenção frente aos recorrentes desentendimentos entre os alunos do 5º ano que fragilizam as relações interpessoais. Para tanto, foi sugerido a intervenção mediante a implementação de uma equipe de mediação de conflitos contribuindo para construção de alternativas dialógicas que produzam a revalidação de valores na comunidade escolar para a manutenção da cidadania e da convivência social. Uma vez que a escola é um rico espaço da pluralidade/diversidade social, bem como ambiente privilegiado para aprendizagem, emergência de conflitos e articulação social.

Palavras-chaves: Alunos; conflito; escola; mediação de conflitos.

ABSTRACT

The conflict mediation in the school environment, is a technique that discusses the conflict itself within the school, and enables the creation of possible solutions and coping strategies from the subjects involved. In this sense, the study aimed by the study of interpersonal relations in the school environment of the State School Professor Agda Fontes Ferreira, located in the city of Our Lady of Socorro / SE, build a diagnosis and intervention strategy for conflicts displayed in the daily list of students . Thus, considering the importance of school contribution in the process of learning and building citizenship, research was conducted with the students of the 5th year and the unit manager through the application of semi-structured interviews. sampling of 05 students and 01 teaching coordination manager for data analysis being used. Through research the following problems were identified: low participation of those responsible in school meetings, conflicts among students, ordinary events of speculation and rumors among students, bullying, failure of those responsible. it was decided to prepare a proposal for intervention compared to the recurring disagreements between the students of the 5th year that weaken interpersonal relationships. Therefore, it was suggested to the intervention by implementing a conflict mediation team contributing to building dialogic alternatives that produces revalidation values in the school community for the maintenance of citizenship and social coexistence. Since the school is a rich space of plurality / social diversity, as well as a privileged environment for learning, emergence of conflicts and social articulation.

KEYWORDS: Students, conflict, school, conflict mediation.

SUMÁRIO

[]

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3 DIAGNÓSTICO.....	19
4 PLANO DE INTERVENÇÃO.....	23
4.1 PROBLEMA.....	23
4.2 JUSTIFICATIVA.....	24
4.3 OBJETIVOS.....	24
4.4 METODOLOGIA.....	26
4.5 CRONOGRAMA.....	28
4.5.1 Cronograma do Diagnóstico com Plano de Intervenção.....	28
4.5.2 Cronograma de Ação do Plano.....	28
4.6 RECURSOS.....	31
4.6.1 Materiais.....	31
4.6.2 Humanos.....	30
4.7 METAS.....	30
4.8 AVALIAÇÃO.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICES.....	36
ANEXOS.....	40

1 INTRODUÇÃO

No contexto histórico, em passado remoto, a escola era procurada por um tipo padrão de aluno, com expectativas padrões, com passados semelhantes, com sonhos e limites aproximados. Os grupos eram formados por estudantes de perfis muito próximos.

Assim, o espaço escolar ao longo dos anos foi reconhecido pela sociedade como ambiente de aprendizagem para alunos de diferentes faixas etárias. Por vezes, conhecido como espaço de disciplina e construção de um futuro profissional.

Todavia, à medida que a sociedade foi se modernizando alguns espaços legítimos de convivência social e comunitária passaram a assumir diferentes papéis, dentre esses a escola e a família. Assim, a partir dos novos arranjos familiares, da mudança da dinâmica familiar frente à necessidade de maiores jornadas de trabalho e do aumento das expressões da questão social (desemprego, subemprego, miséria, fome, violência) houve fragilização no papel central da família de conferir proteção, acompanhamento e participação na vida dos seus membros.

Cria-se uma crise de identidade entre os alunos que frequentemente estão no centro dos conflitos. Em meio a essas situações vemos diversos sinais que vêm ocorrendo dentro do ambiente escolar e mais especificamente dentro da sala de aula: falta de compromisso com as regras de convivência; movimentação física constante dentro da sala de aula; vocabulário inadequado que agride verbalmente os colegas e funcionários da unidade de ensino e consequentemente gera conflitos físicos e verbais; falta de compromisso com deveres escolares dentro da sala de aula; baixo rendimento escolar.

Não obstante, a escola passou a assumir papel centralizador de construção social, quase que isolado, frente ao distanciamento das famílias na participação do processo de aprendizagem e socialização dos seus membros. Assim, tornaram-se notórias na comunidade escolar as questões sociais que permeiam os educandos, muitas vezes observadas na conduta dentro das salas de aula, nos intervalos e nas relações interpessoais.

Atrelado a isso, a escola enquanto espaço de socialização gera vários conflitos, pois se trata de ambiente propício ao desenvolvimento de emoções, sentimentos e afetos distintos, considerando as particularidades de cada indivíduo. Esses sentimentos, por sua vez, podem ser determinantes para desencadear os conflitos no que se trata de opiniões e interesses diferentes entre alunos, causando, assim, uma dificuldade na comunicação e em estabelecer um diálogo muitas vezes cordial entre eles.

O que se observa é que não somente a escola, mas em vários ambientes de socialização, só se percebe o conflito quando ele gera algum tipo de violência, pois a escola e os professores

muitas vezes não conseguem identificar e coibir por não estarem preparados para essas situações, gerando, assim, a manifestação de violência, que é apenas resultado de um conflito mal resolvido. Então, faz-se necessário dar aos professores ferramentas para melhor trabalhar esses conflitos e assim tentar diminuir a quantidade de profissionais desestimulados e frustrados que se queixam dos alunos e dos comportamentos violentos que esses apresentam na escola, principalmente entre eles.

Deste modo, o interesse em discutir sobre essa temática foi mediante ao processo de observação e diagnóstico na Escola Estadual Prof.^a Agda Fontes, localizada no município de Nossa Senhora do Socorro, durante atividade empregada em um dos módulos do curso de especialização “Escola que Protege”. Durante o período de observação e entrevistas os conflitos encontrados na escola foram relacionamento e tratamento agressivo entre os próprios alunos das turmas do 5º ano; apesar de não serem corriqueiros, os conflitos necessitam de atenção e maior resolutividade.

Frente a essa problemática é vista uma proposta de intervenção necessária: a implementação de equipe mediadora de conflitos composta por um assistente social, uma pedagoga, dois representantes dos alunos, que podem ser seus pais e um professor da escola. Essa ação busca desenvolver atuações preventivas junto aos professores no intuito de tornar as relações e o ambiente escolar harmoniosos por meio da prática do diálogo, com destaque para a estratégia de mediação de conflitos na escola apresentada como uma proposta de pacificação, oferecendo aos sujeitos envolvidos no conflito a possibilidade de solucioná-lo ou amenizá-lo por intermédio de ajuda especializada. Para tanto, é preciso explorar a diversidade pelo que tem de melhor, fazendo com que as divergências sejam vistas como oportunidade de crescimento para todos os envolvidos.

No ambiente escolar é necessário assumir que existem conflitos e que esses devem ser superados a fim de que a escola cumpra melhor as suas reais finalidades, enquanto espaço social de aprendizado, de exercício da cidadania e de socialização. O sucesso das escolas que trabalham com essa realidade está no diálogo permanente, objetivando ouvir as diferenças para melhor decidirem. Assim as escolas que o exercício da explicitação do pensamento é incentivado, objetivando o aprendizado da exposição madura das ideias por meio da assertividade da comunicação eficaz (CHRISPINO, 2007).

No Brasil, ainda não existe uma legislação que regule a prática da mediação, entretanto essa é uma técnica muito utilizada nas diversas esferas em que seja necessária, entre elas pode-se citar o poder judiciário. A mediação de conflitos na escola pretende contribuir para a convivência mais saudável, construção da cidadania e enfrentamento da violência, já que são os

próprios envolvidos no conflito que tentam buscar meios de superá-lo, prática que ao longo do tempo possibilita a criação da cultura da paz nas escolas.

O tema foi escolhido devido à forma como os problemas são enfrentados – problemas ocorridos no espaço escolar – buscando construir procedimentos mais eficazes de intervenção diante do conflito. Um dos procedimentos de intervenção é propiciar espaço para reflexão entre os professores, no entanto, se esse espaço não for conduzido de forma produtiva, a intenção pode não ser suficiente, e os resultados esperados não serão atingidos.

Sobre a metodologia utilizada, destaca-se a utilização dos seguintes procedimentos para pesquisa: estudo bibliográfico, observação, realização de entrevistas e aplicação de questionários para a construção do diagnóstico, sendo a amostragem da pesquisa 01 gestor escolar (coordenação pedagógica) e 05 alunos do 5º ano.

Por fim, serão apresentados os resultados tanto do diagnóstico como do Plano de Intervenção à gestão escolar, como forma de contribuição na revisão do projeto Político Pedagógico (PPP), de maneira a mostrar aos gestores, ao corpo docente e aos demais profissionais de ensino a importância da equipe mediadora e das novas formas de prevenção e combate à violência na escola.

Neste viés, o presente trabalho se propõe a estudar e analisar a escola no que tange às questões relacionadas aos conflitos entre professores e alunos, e entre alunos e alunos. Além disso, pretende-se subsidiar uma proposta de atividade para trabalhar o problema dos conflitos no contexto escolar, que se daria por meio da implantação do processo de mediação de conflitos na Escola Estadual Prof.^a Agda Fontes Ferreira. Para tanto, têm-se como objetivos específicos: identificar tipos de conflitos repetitivos no contexto da escola; analisar as ações violentas, entendendo suas causas; intervir pedagogicamente para proposição da valorização das diferenças em busca da paz; promover atividades pedagógicas como palestras, confecção de cartazes e vídeos para socialização do conhecimento, com a finalidade de conscientização, sensibilização e promoção da igualdade para todos; e promover a capacitação dos professores para mediar os conflitos entre os alunos.

No primeiro capítulo, o Referencial Teórico, serão abordadas questões como a escola enquanto ambiente social com diferentes tipos de alunos e, portanto, propício a conflitos; a importância do professor, da família e da sociedade como mediadores de conflitos; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nesse contexto; e as formas de enfrentamento a esse tipo de violência nos estabelecimentos de ensino. No segundo capítulo, o Diagnóstico, será realizada uma detalhada caracterização da escola, da comunidade escolar e dos problemas observados na escola por meio da observação e busca de alternativas de enfrentamento. No

terceiro e último capítulo, o Plano de Intervenção, serão apresentadas ações que possam intervir na realidade violenta, segregacionista e desmotivadora encontrada na escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é um espaço que atende a uma diversidade de indivíduos com diferentes histórias de vida e vivências no convívio social; sendo ambiente privilegiado da pluralidade com a finalidade de contribuir para escolarização dos alunos e para a construção da cidadania. Entretanto, essa mesma pluralidade influencia nos comportamentos e reações diferentes de cada aluno e educador na escola, podendo gerar conflitos e violências nas relações aluno-aluno e aluno-professor. Por vezes, diante dos desentendimentos e conflitos, para não incorrer na incoerência de ações, existem alguns métodos de intervenção, a citar: a mediação de conflitos.

Segundo Vezzulla (1998),

A mediação é a técnica privada da solução de conflitos que vem demonstrando, no mundo, sua grande eficiência nos conflitos interpessoais, pois com ela são as próprias partes que acham suas soluções. O mediador somente as ajuda a procurá-las, introduzindo, com suas técnicas, os critérios e raciocínios que lhes permitirão um entendimento melhor (VEZZULLA, 1998, p. 16).

Trata-se de construir um espaço democrático de intervenção a partir da imparcialidade, diálogo e consenso democrático. Assim, o presente trabalho é desenvolvido considerando a primazia do diálogo no ambiente escolar nas situações conflituosas, com destaque para a mediação de conflitos na relação aluno-aluno. Considerando o protagonismo do aluno e a participação da equipe de mediação no ambiente escolar para garantir na escola um ambiente de participação cidadã e convivência comunitária.

Ortega (2002, p.147) assinala que

A mediação é a intervenção, profissional ou profissionalizada, de um terceiro – um especialista – no conflito travado entre duas partes que não alcançam, por si mesmas, um acordo nos aspectos mínimos necessários para restaurarem uma comunicação, um diálogo que é necessário para ambas [...] com o reconhecimento da responsabilidade individual de cada um no conflito e o acordo sobre como agir para eliminar a situação de crise com o menor custo de prejuízo psicológico, social ou moral para ambos os protagonistas e suas repercussões em relação a terceiros envolvidos.

O aluno está inerente ao processo de desenvolvimento e sua atuação social pode contribuir para a formação de outros jovens. Porém, nem sempre os professores estão ou se sentem instrumentalizados para transformar os conflitos e divergências em oportunidades para

o crescimento. Talvez por falta de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e da adolescência, há professores que respondem a determinadas atitudes dos educandos como se fossem afrontas pessoais, quando na verdade podem estar sinalizando uma etapa do processo de desenvolvimento dos mesmos.

Ortega(2002, p.24):

A comunidade educacional está composta por um sistema de redes de relações interpessoais, de diferente natureza, que se articulam tanto aos sistemas de atividades quanto aos sistemas sociais de status, papéis e fundamentais escolares.

A proposta de intervenção para a resolução de conflitos na escola se traduz como ferramenta fundamental para que o conflito não seja tratado como um item em si mesmo e que se tenha cuidado para não o transformar em agressão física ou verbal.

[...] A elaboração das normas e convivência que devem ser assumidas, e que constituem a base da disciplina escolar, converte-se num problema que gera um clima de conflitos difícil de definir, mas muito bem percebido a deteriorização da convivência. Os docentes sentem que, sem um mínimo de ordem e aceitação de certas normas, não é possível trabalhar, enquanto que os alunos, por não terem participado da elaboração das regras e convenções, não reconhecem como próprias as obrigações e responsabilidades que lhes cabe assumir (ORTEGA; ROSÁRIO DEL REI, 2002, p. 32).

Situações como a descrita tendem a aparecer com frequência no âmbito escolar, e os professores vivenciam, diante delas, as mais diversas emoções, indo da raiva à tristeza e frustração, gerando insatisfação com o seu papel de educador.

[...] Difícil não estar de acordo com os docentes, quando se queixam da falta de motivação e de interesse de um conjunto, às vezes muito numeroso, de meninos e meninas, que adotam uma atitude passiva e pouco interessada (ORTEGA; DEL REI, 2002, p. 30).

Proporcionar aos professores momentos para que, juntos, possam traçar propostas de caminhos a seguir pode constituir uma alternativa que venha promover o fortalecimento do professor em seu papel, auxiliando-o a minimizar as emoções negativas e a criar soluções cada

vez mais produtivas tanto para ele como para os demais envolvidos no conflito. Muitas vezes os professores adoecem quando não conseguem lidar com as questões surgidas no interior dos espaços escolares, sendo frequente, levando ao desgaste crônico, caracterizando um processo de esgotamento que leva à perda de motivação e desinteresse pelo trabalho.

Contudo, todo esse desgaste que acontece por tentar aplicar “velhas medidas punitivas”, como forma de castigo. A citar, conduzir os que brigaram até a coordenação, e em seguida a orientadora pedagógica ouve as partes, manda pedir desculpas, reclama com os envolvidos e os manda de volta para a sala de aula. Vez que muitas vezes o professor é a pessoa em quem o aluno se espelha, assim, conforme Ortega e Rosário Del Rei (2002) citam:

[...] preciso estabelecer e saber sustentar um estilo de relação democrática e justa, é necessário exibir uma atitude compreensiva e solidária, mas também firme e afetivamente coerente. Urge assumir que o comportamento adulto é um espelho, no qual se miram nossos (as) alunos (as), o que produz tensões entre a auto-imagem que todo docente deve ter de si mesmo, como profissional, e a que projeta, sem poder controlá-la, diante de seus alunos (ORTEGA; ROSÁRIO DEL REI, 2002, p. 47-48).

Para ser professor, faz-se necessário que o profissional tenha plena consciência da importância do seu trabalho em desenvolvimento. Portanto, um professor comprometido e preparado para a sua função deve estar atento para suas dificuldades.

Tudo isso requer o desenvolvimento de um processo no qual, passo a passo, vamos avançando na qualidade das relações interpessoais em nosso estabelecimento escolar. Em nossa opinião, nada disso se improvisa nem pode ser reduzido a uma receita de comida rápida, mas é possível fazê-lo, sempre que planejarmos cuidadosamente (ORTEGA; ROSÁRIO DEL REI, 2002, p 52).

Nesta perspectiva entende-se que para a construção do diálogo e do respeito entre os alunos no ambiente escolar, ou seja, para melhoria das relações interpessoais, o profissional precisa ter a consciência de algumas dificuldades que muitas vezes se relacionam com a construção social de cada indivíduo. Isso interfere diretamente no comportamento e no modo que o profissional irá realizar a intervenção na problemática, com vista à integração dos alunos nesse processo de validação de valores e relações sociais, principalmente no que tange às formas de solucionar conflitos com a participação dos educandos e disseminação para toda a comunidade escolar.

Trata-se de um trabalho moroso, que requer uma atuação do profissional para além da transferência e troca do saber. Assim, a intervenção pontual em conflitos e desentendimentos não constrói ou compõe um processo, mas apenas um retalhamento e resposta imediata em vez de problematizá-los.

Não obstante, o autor assinala que

Embora, tradicionalmente, a escola tenha buscado formas de resolver os conflitos e, de fato, para isso foi estabelecendo os sistemas normativos e disciplinares, estes nem sempre foram eficazes, por diferentes razões. Um problema relativamente comum é que o sistema normativo nem sempre foi elaborado com a participação, o de todos; nem sempre é bem entendido por todos ou nem sempre inclui vias de solução do conflito (ORTEGA; ROSÁRIO DEL REI, 2002, p 146).

A escola pode utilizar outras estratégias para resolver os conflitos na sala de aula, mas talvez lhe faltem os recursos ou fundamentos teóricos necessários. Ou alguns componentes do corpo docente no seu fazer profissional pararam no tempo, desconsiderando a realidade e as mudanças geracionais, e ficaram aplicando métodos antigos com alunos novos?

Como diz Içami Tiba:

Ninguém conserta programas de computador usando martelos. Da mesma forma, castigar é uma ferramenta obsoleta da educação. Os pais e educadores têm de atualizar seus recursos educativos e incluí-los na educação. Muitas atitudes tomadas no passado – surras, descontroles emocionais, prender no quarto, etc. – são hoje martelos em computador. Elas danificam, não ajudam (TIBA, 2012, p. 169).

Na escola, quando os recursos disponíveis se esgotam, é preciso buscar outros subsídios, por meio de pessoas experientes e especializadas, da pesquisa em livros temáticos, revistas, redes sociais, etc.

Para Chrispino (2007),

Grandes motivos para a realização do programa de mediação: capacitação em resolver conflitos valoriza o tempo; a capacitação em resolver conflitos ensina várias estratégias úteis; a capacitação em resolver conflitos ensina aos alunos consideração e respeito para com os demais; a capacitação em resolver conflitos reduz o estresse; possibilidade de aplicar as novas técnicas em casa, com familiares e amigos; a capacitação em resolver conflitos que podem contribuir para a prevenção do uso do álcool e de drogas; possibilidade de

sentir a satisfação de estar contribuindo com a paz do mundo (CHRISPINO, 2007, p. 26).

Ou seja, por meio do programa de mediação os conflitos são problematizados em uma infinidade de discussões e estratégias de enfrentamento que incidem diretamente no relacionamento dos educandos e destes com o meio social no qual estão inseridos. Além disso, a mediação motiva a relação dialógica que pode ser inserida em outros contextos, superando uma intervenção pontual e imediatista dada tradicionalmente aos conflitos entre os educandos.

Ortega (2002, p.110) assinala também que

Quando o conflito consegue ser interpretado como tal pelo docente ou por um grupo avançado de alunos(as), e se percebido como um conflito determinado, o melhor é abordá-lo diretamente ou mediante ajuda externa. Neste sentido, propusemos a mediação como um dos instrumentos idôneos; embora seja importante reconhecer que a mediação entre um docente e um grupo de alunos(as) deve ser feita por um especialista externo, escolhido pelas partes, que seja da confiança de ambos (ORTEGA, 2002, p 110).

Logo a construção de uma proposta de intervenção para a resolução de conflitos na escola se traduz como ferramenta em que os alunos participem dela também para que de um lado não fiquem professores que não se sentem respeitados como profissionais da educação e de outro lado os alunos, ou até mesmo os pais, que esperam da escola e, conseqüentemente, dos professores, soluções para todos os problemas.

Segundo Chrispino (2007),

O uso de técnicas de mediação de conflitos pode melhorar a qualidade das relações entre atores escolares e melhorar o “clima escolar”. [...] O uso da mediação de conflitos terá conseqüências nos índices de violência contra pessoas, vandalismo, violência contra o patrimônio, incivildades [...]. Melhora as relações entre alunos, facultando melhores condições para o bom desenvolvimento da aula. [...] Desenvolve o autoconhecimento e o pensamento crítico, uma vez que o aluno é chamado a fazer parte da solução do conflito. Consolida a boa convivência entre diferentes e divergentes, permitindo o surgimento e o exercício da tolerância. [...] Permite que a vivência da tolerância seja um patrimônio individual que se manifestará em outros momentos da vida social (CHRISPINO, 2007, p. 24).

Neste sentido, considerando os seus eventuais prejuízos psicológicos que podem ser levados para a vida de ambas as partes, a CF/1988 prevê em seu Art. 205 o desenvolvimento

pleno da pessoa humana, consoante ao Art. 53 do ECA: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, [...]”; e ainda estabelece que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA. Art. 4º).

Desta feita, é dever de todos garantir, como prioridade, no que se refere à criança e ao adolescente o direito à dignidade e respeito, bem como situá-los a salvo de situações degradantes de violência.

Por fim, assinala Chrispino (2007):

As escolas que valorizam o conflito e aprendem a trabalhar com essa realidade são aquelas onde o diálogo é permanente, objetivando ouvir as diferenças para melhor decidirem; são aquelas onde o exercício da explicitação do pensamento é incentivado, objetivando o aprendizado da exposição madura das ideias por meio da assertividade e da comunicação eficaz; onde currículo considera as oportunidades para discutir soluções alternativas para os diversos exemplos de conflito no campo das idéias (CHRISPINO, 2007, p. 23).

Neste sentido, a escola apresenta-se como uma alternativa democrática para prevenir situações em torno dos diversos tipos de violência. Segundo o Instituto Mediare do RJ (p.2), “a idéia [sic] principal do projeto é estimular uma atmosfera pacífica nas escolas, a partir de criação do hábito de diálogo e resolução de conflitos por meio de soluções apresentadas pelos próprios envolvidos e, portanto, principais interessados em resolvê-los”.

Assim, quando se pretende analisar uma conjuntura tão diversa, os desafios são ainda maiores. É necessário entender a tarefa pedagógica, política e a social de desnaturalizar a violência na sociedade e na escola como um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre as diferentes formas.

3 DIAGNÓSTICO

O município de Nossa Senhora do Socorro, conhecido com Socorro, localizado na região metropolitana de Aracaju, foi considerado durante muitos anos cidade dormitório, devido à maior parte da população economicamente ativa trabalhar na capital de Aracaju (distância de 8 km) e retornar para sua residência apenas no turno da noite. Assim, a cidade teve crescimento desordenando, não seguindo uma lógica de planejamento do território e desenvolvido econômico paralelo ao povoamento.

Assim, famílias começaram a povoar a região, e rapidamente a área de mangue se tornou em área densamente povoada, atingindo o contingente populacional de 172.547 habitantes segundo dados do IBGE de 2013. Nesse período foram criados os conjuntos habitacionais Marcos Freire I, Marcos Freire II e Marcos Freire III, Albano Franco, João Alves, com a construção das casas conduzidas pela COHAB.

Entretanto, à medida que havia organização das áreas mais próximas à capital, as regiões mais distantes (considerando a expressiva extensão territorial do município) ficaram aquém desse desenvolvimento. Sendo notório até hoje o atraso no desenvolvimento das regiões da sede do município até os conjuntos posteriormente habitados, a citar: Calumbi, Tabocas, Conjunto Jardim, Conjunto Parque dos Faróis, Lavandeiras, Quissamã, entre outros.

Neste contexto, os conjuntos habitacionais notoriamente passaram por maior desenvolvimento, a começar por incentivos fiscais como atrativos para a construção do Distrito Industrial de Socorro, localizado no Conjunto João Alves, até a construção de um shopping no Conjunto Marcos Freire I para movimentar a economia do município. As áreas citadas centralizam a maior parte do comércio local, bem como é atrativo para empresas de diferentes ramos.

Paralelo ao crescimento, os dados do IBGE em 2003, conforme o Mapa da Pobreza e Desigualdade, revela um elevado índice de pobreza de 59,28% comparado a outros municípios interioranos como Pacatuba e Poço Verde, de menor porte e movimentação econômica. Isso revela a concentração da renda e a desigualdade na distribuição da riqueza produzida. O que incide diretamente na organização familiar (IBGE, 2016).

Outro dado relevante é a taxa de homicídios divulgados pelo Mapa da Violência Contra as Mulheres (2015), que revela que dentro dos mais de 5500 municípios brasileiros, Nossa Senhora do Socorro ocupa a 385ª posição nacional. Ou seja, um elevado índice de violência de gênero. E que por vezes é proveniente de relações afetivas conturbadas que fragilizam a segurança e a proteção familiar (WAISELFISZ, 2016).

No que se refere à violência a jovens e homicídios o mapa da violência de 2011 aponta que o município ocupa a 5ª posição no estado e 226ª no cenário nacional por município. Dados esses agravantes que revelam a fragilidade das políticas e a necessidade de ações interventivas que primem pela segurança pública, social, a proteção do indivíduo em desenvolvimento e o fortalecimento das políticas públicas na localidade (WAISELFISZ, 2016).

Não obstante, para execução das políticas sociais de educação, saúde, assistência social e segurança pública foram instalados equipamentos na região. Dentre estes, escolas municipais e estaduais foram distribuídas na maior parte bairros de região adjacente a área de expansão e desenvolvimento, sendo no Conjunto Marcos Freire I localizadas duas instituições de ensino público.

A instituição estudada foi a Escola Estadual Agda Fontes Ferreira, que fica localizada na Av. A5, s/n, Conjunto Marcos Freire I, no município de Nossa Senhora do Socorro. A referida escola situa-se em um bairro com boa localização, pois nas proximidades possui espaços de lazer e cultura, a exemplo da Praça da Cultura, projeto pioneiro do município que conta com ambiente para apresentação teatral, grupos de dança, cursos de teatro, quadra esportiva e futuramente espaço informatizado e biblioteca. Na mesma praça localiza-se o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, que possui a oferta de cursos profissionalizantes, acompanhamento familiar das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, atendimentos sociais e benefícios eventuais.

Também nas proximidades há uma igreja católica, o 4º Conselho Tutelar que atende a abrangência dos conjuntos Marcos Freire I, Marcos Freire II, Marcos Freire III, Albano Franco, Piabeta, São Brás, Novo Horizonte. Além disso, conta com o espaço do Clube do SESC, o Hospital Geral do Município de Nossa Senhora do Socorro e uma Unidade Básica de Saúde.

O funcionamento da escola é de segunda à sexta-feira, das 7 h às 17h, subdividido em dois turnos e atende à comunidade escolar do 1º ao 5º ano de diferentes bairros que constituem o município. A instituição conta com uma média de 260 estudantes em idade média de 9 a 14 anos. E possui a equipe técnica completa entre professores, 01 diretora, 01 coordenadora, 01 auxiliar de serviços gerais, 01 assistente de secretaria, 12 professores.

Quanto à estrutura física a escola encontra-se em boas condições devido a recentes reparos na estrutura. Possuindo 02 pátios, 01 sala da direção, 04 banheiros, 01 biblioteca, 01 cozinha, 01 sala de professores, 01 laboratório de informática, 07 salas e 01 almoxarifado.

Sobre a organização pedagógica a instituição encontra-se com todos os documentos em fase de reformulação e atualização, a citar: o Regimento Interno data de 2013, feito com a

participação da comunidade escolar; o Projeto Pedagógico e o Conselho Escolar estão em fase de transição no antigo comitê.

A dinâmica escolar e do ano letivo é construída com a equipe de professores e coordenadores em reuniões ordinárias, organizadas dentro do calendário escolar e encaminhado à Secretaria de Educação. Além de atividades continuadas e definidas em projetos, destaca-se a oficina de leitura na biblioteca, quando os alunos têm acesso ao setor; bem como o projeto anual de Feira do Meio Ambiente, com ação voltada para preservação ambiental.

Considerando a relação da escola com o território durante a entrevista com a coordenação pedagógica, foi citado que o equipamento mais próximo é o Conselho Tutelar, no qual a coordenação encaminha os casos de violência que necessitam de contrapartida e demais intervenções. Entretanto, a coordenação citou a dificuldade na contrapartida e resolutividade da situação do aluno em questão e nenhum outro tipo de articulação com demais instituições foi citado durante a entrevista.

A relação da família com a escola é estabelecida no ato da matrícula, solicitação de documentos, pedidos de comparecimento e reuniões bimestrais, sendo citado durante a entrevista que um número mínimo de famílias fazem o acompanhamento contínuo dos seus membros na comunidade escolar.

Além disso, durante a observação foi perceptível que os pais deixam os alunos na escola e ao buscá-los não fazem nenhum contato com a coordenação ou qualquer educador. Bem como alguns alunos voltam para casa sem que os pais venham buscá-los. Durante o período de intervalos foi observado que os educandos se movimentam na região interna da escola, e que a portaria é separada por grades. Nesse ambiente foi observada ainda a abordagem do educador ao aluno que fazia uso de boné no recinto, infringido uma das normas do regulamento da escola.

Os seguintes problemas foram verificados por meio da entrevista: a baixa participação da família nas convocações e em reuniões bimestrais, afirmando que em média 50% dos responsáveis não comparecem aos encontros, sendo que os responsáveis que comparecem, geralmente, são pais de alunos que apresentam bom desenvolvimento escolar. Isso remonta a um dado importante, pois os alunos que apresentam comportamentos controversos às normas morais e baixo rendimento escolar são aqueles que a coordenação escolar encontra maior dificuldade em dialogar com a família.

O desvelamento do contexto familiar em que o aluno está inserido exerce influência sobre suas ações e atitudes no meio social e no ambiente escolar, a exemplo de fragilidades no contexto familiar. Sendo assim, este plano sugere uma proposta de intervenção de

implementação de uma equipe de mediação de conflitos para os possíveis encaminhamentos dos conflitos existentes.

Outro problema identificado nas séries do 5º ano foi o significativo número de desentendimentos, brigas, fofocas e xingamentos entre os alunos e a recorrência dos eventos, conforme citado pelos gestores da unidade escolar e pelos alunos por meio de questionários. É importante destacar que nas séries menores não há essa incidência como no 5º ano. Situações como a descrita tendem a aparecer com frequência no âmbito escolar, e os professores vivenciam, diante dessas, as mais diversas emoções: raiva, tristeza, frustrações, gerando insatisfação com o seu papel de educador, cabendo discutir e reconhecer juntos aos educandos as motivações para as agressões, a forma que visualizam suas atitudes, o reconhecimento do fenômeno da violência e ações preventivas que contem com protagonismo juvenil na construção de relações sociais de respeito e convivência saudável dentro da sala de aula.

Diante desse contexto, o projeto de intervenção propõe com base no diagnóstico apresentado a implantação de uma equipe de mediação de conflitos que assessore e realize ações em conjunto com os alunos do 5º ano, com extensão posterior às práticas preventivas por meio da melhoria das relações interpessoais para as demais turmas da escola.

4 PLANO DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo se pretende, a partir do referencial teórico e o diagnóstico anteriormente apresentados, discorrer sobre a proposta interventiva na Escola Estadual Prof.^a Agda Fontes Ferreira, considerando a relação técnico-operativa entre o conhecimento adquirido e a realidade evidenciada na comunidade escolar citada. Para tanto, mediante a apresentação deste plano, visa contribuir para a ampliação dos direitos da criança e do adolescente no ambiente escolar e para o exercício da cidadania.

4.1 PROBLEMA

A partir da análise no campo escolar identificamos como principais problemas a ausência do papel da família na formação educacional do aluno, visto que atualmente os seus pais são mais ausentes, alguns por trabalhar incessantemente e outros por achar que o dever de educar é somente da escola. Em decorrência da falta familiar vemos certos tipos de atitudes e comportamento como vocabulário inadequado que agride verbalmente os colegas e funcionários da unidade de ensino, e conseqüentemente gera conflitos físicos e verbais; falta de compromisso com deveres escolares dentro da sala de aula; baixo rendimento escolar. Agravando essa situação temos também a falta de profissionais da educação capacitados (com novas metodologias) capazes de gerenciar esse tipo de conflito na escola.

Para esses tipos de violências e condutas inadequadas dos educandos não existe uma atuação uniforme da escola, principalmente para os casos reincidentes, fazendo uso corriqueiro durante o diálogo da possibilidade de intervenção do Conselho Tutelar. Assim, o plano de intervenção pretende sugerir a implantação de uma equipe de mediação de conflito a partir dos entes que compõem a comunidade escolar (família, educando, professores, assistente social, pedagogo) para atuar nas turmas do 5º ano, bem como organizar ações preventivas para as demais turmas.

Devido às várias lacunas ocasionadas por falta de apoio familiar e professores despreparados para lidar com os conflitos (resultados esses obtidos no diagnóstico), a escola apresentaria a propostas à Secretaria da Educação, mostrando a real necessidade de uma equipe de mediação.

4.2 JUSTIFICATIVA

Considerando que a escola deve oferecer um ensino de qualidade que busque formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, bem como reconhecendo que a escola seja um espaço em que a educação é direcionada não apenas a ler e escrever, mas também a fazer a leitura e interpretação do mundo, consolidando um ambiente favorável à formação do indivíduo que necessitam do apoio, o exercício da cidadania na escola deve ser constantemente trabalhado nas relações interpessoais.

Posto que a realidade desafiadora da violência na sociedade tem condicionado também grandes desafios para a comunidade escolar que por vezes possui um recorte dessa realidade dentro das unidades escolares, nota-se que cada vez mais os alunos demonstram comportamentos e atitudes agressivas, ferindo tanto a integridade física quanto psicológica de alunos e professores. É por esse motivo que há a necessidade de uma equipe especializada consciente das possíveis alternativas para compreender e modificar essa situação.

Assim, a Escola Estadual Prof.^a Agda Fontes possui um público de alunos que estão cursando ensino fundamental com faixa etária entre 9 e 14 anos, e as ações devem ser responsabilizadas e discutidas com coerência entre a comunidade escolar, considerando que a diversidade e o direito de todos devem sem dúvidas serem preservados, bem como o bem-estar social dos alunos deve ser garantido, livre de quaisquer atitudes de violência.

4.3 OBJETIVOS

O objetivo geral deste plano de intervenção é prevenir e combater a violência, principalmente àquela que é causada por conflitos entre alunos, por meio de ações feitas por uma equipe especializada. Como objetivos específicos destacam-se: proporcionar intervenções pedagógicas adequadas à valorização da vida e da paz; propor atividades pedagógicas que desenvolvam a afetividade e a socialização; discutir o tema com toda a comunidade escolar, como forma de conscientização em busca de uma melhor relação no espaço escolar.

Objetivo geral	Objetivos específicos	Objetivos operacionais
Implantação da equipe de mediação de conflitos.	Aprofundar o conhecimento sobre mediação de conflitos e indisciplina.	Difundir o método de mediação de conflitos.
		Incentivar a participação dos

		educandos do 5º ano
	Formar a equipe de mediação de conflitos.	Formar um grupo com representantes da comunidade escolar.
		Estabelecer normas de participação e regimento.
	Aproximar a família da escola.	Trabalhar os papéis sociais.
		Promover encontros festivos e campanhas para a família na escola.
	Discutir o tema com toda comunidade escolar.	Difundir o conhecimento aprendido.
		Formar multiplicadores dentre das turmas.
	Diminuir os casos de violência, negligência e reincidência.	Realizar encaminhamentos para rede de proteção.
		Dialogar com a rede proteção.
		Responsabilizar os envolvidos

Objetivos operacionais	Atividades
Difundir o método de mediação de conflitos.	Palestra para a comunidade escolar com profissional especializado em mediação de conflitos.
Incentivar a participação dos educandos do 5º ano.	Realizar votação para o representante da turma na equipe de mediação de conflitos.
Formar um grupo com representantes da comunidade escolar.	Realizar o processo de votação de 02 pais do 5º ano na reunião bimestral.
Estabelecer normas de participação e regimento.	Reunião mensal para criar o regimento da equipe mediadora.
Trabalhar os papéis sociais.	Exibição de filmes dentro do eixo temático.

Promover encontros festivos e campanhas para a família na escola.	Entrega de informativos na portaria e realizar o dia da família na escola.
Difundir o conhecimento aprendido.	Palestra e/ou roda de conversa sobre as formas de violência com os alunos.
Formar multiplicadores.	Apontar novas eleições.
Realizar encaminhamentos para rede de proteção.	O pedagogo e/ou assistente social deve referenciar para serviço da rede de proteção o caso.
Dialogar com a rede proteção.	Pensar em possibilidades para o caso por meio da articulação conjunta.
Responsabilizar os envolvidos.	O aluno mediador deve informar a resolução do conflito e o estabelecido.

4.4 METODOLOGIA

Diante das dificuldades e fragilidades na intervenção dos conflitos, em busca de superar os aspectos punitivos e a ausência do protagonismo dos alunos na resolutividade dos conflitos optou-se por estabelecer uma equipe de mediação de conflito. Porém, antes da formação da equipe deve-se considerar e respeitar o diálogo sobre o tema com todos os envolvidos na comunidade escolar, pais, educadores, educandos, conselho da educação, direção escolar.

Para tanto, nos meses seguintes durante a reunião de pais será realizada a explanação deste método, mediação de conflitos, para os pais dos alunos por profissional capacitado e com experiência; em seguida, a comunidade escolar será informada sobre a estruturação de uma equipe de mediação com a finalidade de superação das ações punitivas e construção de espaço de diálogo e organização democrática. Desta feita, serão eleito, segundo interesse, disponibilidade e vontade de participação, 02 pais dos alunos do 5º ano para compor a equipe mediadora.

Em seguida, a direção escolar irá indicar um representante para compor a equipe. Os alunos do 5º ano elegerão, mediante votação, o professor representante da equipe de mediação e 02 alunos. Sendo realizada antecipadamente pela direção escolar uma oficina pedagógica sobre mediação de conflitos, e exibição de exemplos práticos de intervenção por meio de documentário, reportagem, com o objetivo de aproximar os alunos da realidade a ser construída com ênfase no protagonismo. Também será indicado 01 profissional da área pedagógica ou social para compor a equipe e mediação, considerando as intervenções necessárias para os

casos que se inserem no contexto familiar e possíveis desdobramentos e encaminhamentos necessários. E convidado um Conselho Tutelar com atuação participativa e parceiro da comunidade escolar.

Assim, após a organização da composição da equipe mediadora, serão realizados encontros mensais para reconhecimento da equipe e diálogo sobre o posicionamento e o método de mediação de conflitos, bem como discussão dos casos, definição de critérios para intervenção da equipe considerando como prioridade os acontecimentos grupais dos alunos do 5º ano para dar início aos trabalhos.

A equipe especializada terá como responsabilidade capacitar os professores e outras pessoas envolvidos nesse mesmo contexto com:

- ◆ Encontros e dinâmica com os professores, pais e alunos para escutá-los, para assim melhor orientar.
- ◆ Proporcionar momento de descontração por meio de filme (como *Escritores da Liberdade*) que relate uma história parecida com as que eles vivenciam.
- ◆ Convidar professores especializados para palestras sobre *bullying* e *cyberbullying*, e apresentar cartilha que ensine como lidar com essas situações.
- ◆ Levar ao conhecimento dos professores o Projeto de Lei nº 191/2009, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional, que prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor.
- ◆ Apresentação dos dilemas (aplicados com os alunos), os quais foram entregues no encontro anterior.
- ◆ Discussão sobre as reflexões realizadas pelos professores e troca de experiências pedagógicas para o enfrentamento à violência no cotidiano escolar.

Não obstante, dentre as linhas de ação haverá a realização de um ciclo de palestras abordando o tema, confecção e distribuição de folhetos explicativos, e a elaboração de um vídeo com os próprios alunos, falando sobre o tema, a partir da perspectiva de cada um, antes e após terem participado como ouvintes da palestra. Assim, será possível avaliar a concepção e as possíveis alterações comportamentais no que se refere à prática da mediação do conflito na escola.

Por meio dessas ações busca-se melhorar o processo de escolarização, favorecendo a aprendizagem e a pacificação na escola, fornecendo para sociedade cidadãos mais conscientes, professores menos desgastados e mais instrumentalizados.

4.5 CRONOGRAMA

4.5.1 Diagnóstico com plano de intervenção

Cronograma de diagnóstico com plano de intervenção							
Ações	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Leitura do material bibliográfico a respeito do tema.	X	X	X	X			
Reunião de orientação para elaboração do plano.			X	X	X		
Observação na escola.	X	X	X	X	X	X	
Aplicação de questionários com os alunos e entrevista com a coordenação e professor.				X	X	X	
Análise e interpretação dos dados.				X	X	X	
Elaboração do plano de intervenção.					X	X	
Aplicação do plano de intervenção.							X

4.5.2 Cronograma de ações do plano de intervenção

Ação	Objetivo	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
Elaboração do plano de	Planejar as	X				

intervenção.	ações.					
Oficina pedagógica sobre método de mediação.	Divulgar para os pais, alunos, professores.		X	X	X	
Eleições da equipe mediadora.	Organizar a equipe.			X		
Reunião da equipe.	Organizar intervenção inicial para ano seguinte.				X	

4.6 RECURSOS

4.6.1 Materiais

Descrição	Quantidade	Preço unitário	Preço total
Retroprojektor	1	999,00	999,00
Mesa para computador	2	889,00	1778,00
Computador	2	1400,00	2800,00
Livros didáticos	10	80,00	800,00
Mesa de reuniões com oito lugares	1	2,500	2,500
Matérias para o escritório (grampos, canetas, papéis, etc.)	30	5,000	150,00
Armário de aço com duas portas e três gavetas	1	720,00	720,00
Impressora multifuncional	1	499,00	499,00
Remuneração mensal com	3	2,500	7.500

os profissionais			
		TOTAL	17.736,00

4.6.2 Humanos

Recurso	Quantidade	Local
Pedagogo/Assistente Social	01	Secretaria da Educação
Coordenação escolar	01	Escola Estadual Prof. ^a Agda Fontes
Profissional especializado em mediação de conflitos	01	Escola Estadual Prof. ^a Agda Fontes
Educador	01	Escola Estadual Prof. ^a Agda Fontes

4. 7 METAS

Ampliar a participação da rede de proteção no ambiente escolar, a partir da discussão de casos e nas reuniões da equipe, no prazo de 02 meses, após a formação da equipe mediadora. Construir e fortalecer o diálogo na sala de aula e entre os alunos no período de intervalo frente o conflito. Diminuir em 50% as agressões verbais e confrontos físicos entre os alunos ao longo do ano letivo. Difundir a técnica de mediação de conflitos para outras turmas no final do ano letivo.

3.8 AVALIAÇÃO

Para avaliação da proposta da equipe mediadora de conflito será computado por meio da frequência a participação dos integrantes que compõem a equipe, serão observadas as pautas de cada reunião mensal, os questionários aplicados aos alunos do 5º ano, a avaliação da equipe mediadora apontando os aspectos positivos e negativos.

Observar-se-á também o quantitativo das ações realizadas para a família e a frequência dos pais nas reuniões bimestrais; bem como a eficácia do trabalho em rede por meio do aumento da participação comunitária e resolutividade da problemática.

Esta avaliação será realizada após 06 meses de início da execução do projeto, podendo ser revista antes quando qualquer eventualidade comprometer a execução de etapas posteriores.

Assim, no transcorrer de 01 (um) ano de execução da equipe de mediação na última reunião bimestral, os pais iram expor por meio de questionários sua opinião sobre a atuação da equipe de mediação de conflitos no ano letivo. Assim como deverão ser encaminhados à Secretaria os objetivos alcançados e o relatório das ações desenvolvidas anualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a sociedade é organizada mediante relações sociais entre indivíduos, independente da faixa etária e do modo de vida, existe o limite socialmente aceitável para manutenção de uma convivência harmoniosa e sadia em todos os ambientes. Não obstante, desde a infância a primeira instituição a disseminar as regras básicas de convivência é a família. A seguir, a escola, durante a infância e a adolescência do indivíduo, passa a constituir um novo espaço para o desenvolvimento das relações interpessoais, no qual a educação perpassa pelos valores e construção social de cada componente que forma a comunidade escolar. Ou seja, desde os educandos, aos educadores, e os gestores existe a diferença de vivências que interfere diretamente no modo de vida e no comportamento.

Neste sentido, torna-se desafiador para os educadores identificar, entender e definir as individualidades que compõem a construção pessoal dos educandos. Exigindo do educador um olhar diferenciado e habilidades para contribuir com os alunos que compõem sua turma de ensino, ou seja, seu papel não é somente transferir conhecimento, mas usar o conhecimento para a promoção da cidadania e convivência social.

Entretanto, alguns limites são postos à intervenção do educador, e por vezes as relações interpessoais entre os alunos são agressivas, desrespeitosas e geram uma infinidade de conflitos no ambiente escolar, estando além da esfera de atuação individualizada do profissional. Assim, é necessária a intervenção direcionada para a construção de uma relação dialógica de convivência social na comunidade escolar e a revalidação de valores como o respeito e a dignidade humana.

Nesta perspectiva, estudos e técnicas passaram a compor o desafio de especialistas e pesquisadores da área da Educação sobre caminhos para construção de estratégias para resolutividade de conflitos no ambiente escolar. Dentro desse processo de estudo emergiu a técnica de mediação de conflitos nas unidades escolares, uma alternativa que problematiza as situações conflitantes como um todo para a comunidade escolar, considerando possibilidades para relação dialógica, a validação da articulação entre os educandos, o empoderamento do indivíduo, a prevenção de novas incidências e a construção e fortalecimento de uma rede de atuação considerando o protagonismo dos educandos nesse processo.

Não obstante, durante a observação e o estudo realizados na Escola Estadual Professora Agda Fontes Ferreira foi verificado a dificuldade na manutenção de práticas sociais saudáveis de convivência mútua entre os alunos do 5º ano, que naturaliza o desrespeito no tratamento e na

forma de conversar com o outro, enquanto que com a coordenação e equipe gestora os alunos reconhecem e mantêm uma relação de respeito e diálogo.

Assim, o Projeto de Intervenção “Implementação de uma equipe mediadora de conflitos na Escola Estadual Professora Agda Fontes Ferreira” visa construir uma equipe para o fortalecimento das intervenções propostas e novas alternativas para os conflitos existem entre os alunos e as demais relações interpessoais no ambiente escolar. Trata-se de uma contribuição social para a manutenção das relações sociais com rebatimentos ao longo da vivência dos educandos.

Apesar do dispêndio de tempo e das dificuldades em compreender a estruturação do trabalho e as etapas necessárias para chegar ao trabalho final, foi grande a satisfação durante o período de observação, a aplicação de questionários e entrevistas, pois ouvir e compreender a realidade do outro não é tarefa fácil, mas produz ao acadêmico o real sentido do observador/pesquisador. Pois se trata de desvelar a realidade que se propõe a intervir e contribuir com o saber, levando ao final uma bagagem teórica e de experiências fantásticas.

O projeto construído, após aprovação da banca examinadora, será encaminhado à escola e apresentado aos alunos que compõem o 5º ano. Considerando o protagonismo destes alunos na construção do trabalho.

Espera-se que novas pesquisas sejam realizadas considerando o dinamismo e a responsabilidade social que todos os discentes possuem em contribuir a partir do saber adquirido e construído durante a academia, os momentos de discussão, afim de fomentar a aplicação de novas alternativas para os conflitos escolares. E que as técnicas de mediação de conflitos em diferentes realidades sejam aprimoradas e prezem pelo fortalecimento da relação com os educandos.

REFERÊNCIAS

BATTAGLIA, Maria do Céu Lamarão. Mediação escolar: uma metodologia de aprendizado em administração de conflitos. Disponível em: <<http://www.rogeriana.com/battaglia/mediac01/mediac01.htm>>. Acesso em: 5 dezembro de 2015.

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília 20 de dez. de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 6 de dezembro de 2015.

BRASIL. **Lei no. 8.069/90**. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 7 de dezembro de 2015.

CHRISPINO, Álvaro. **Gestão do conflito escolar**: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

FERNANDES, K. T. **O conceito de violência escolar na perspectiva dos discentes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2006.

GRINSPUN, Mirian P. Sabrosa. Zippin (org). **A prática dos Orientadores Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A Orientação Educacional**: Conflito de Paradigmas e Alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTEGA, Rosário et al. **Estratégias educativas para prevenção das violências**; tradução de Joaquim Ozório – Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

Projeto Escola de Mediadores, organizado pelos Institutos Viva Rio, Mediare e NOOS. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/paznascolas/Cartilha%20de%20Mediadores.doc>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência na escola**: conflitualidade social e ações civilizatórias. Educ. Pesq., São Paulo, v. 27, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

TIBA, Içami. **Quem Ama, Educa!** Formando cidadãos éticos / Içami Tiba. – São Paulo: Integrare Editora, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídios de Mulheres no Brasil**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Homicídios e Juventude no Brasil**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Juventude do Brasil**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em 15 de Janeiro de 2016.

APÊNDICE A - Fachada Escola Estadual Agda Fontes Ferreira
Fonte: Priscila Larry, 2015



APÊNCIDE B - Corredor lateral da escola
Fonte: Priscila Larry, 2015.



APÊNDICE C - Espaço de Lazer e recreação

Fonte: Priscila Larry, 2015.

**APÊNDICE D - Refeitório da Escola**

Fonte: Priscila Larry, 2015.



APENDICE E - : Sala de Aula

Fonte: Priscila Larry, 2015.

**APÊNDICE F - Observação em Sala de Aula 5º Ano**

Fonte: Priscila Larry, 2015.



APENDICE G – Entrevista aplicada aos alunos do 5º ano.**Roteiro de Entrevista**

Pesquisa Qualitativa

Local da Entrevista: Escola Estadual Professora Agda Fontes Ferreira

Turmas: 5º ano A e 5º Ano B

Entrevistador: Priscila Larry Chagas Mendes

- 1- Você gosta da sua escola? Por quê?
- 2- O que você mais gosta na sua escola?
- 3- O que acha da Coordenação da escola?
- 4- Você gosta da sua turma? Por quê?
- 5- Existe algum problema entre os alunos da turma? Qual (is)?
- 6- Como são suas amizades na escola?
- 7- Como são os momentos de recreação na escola?
- 8- Como são as relações entre as pessoas da sua escola?
- 9- Você se sente seguro na sua escola?
- 10 – Você percebe a presença do dialogo e do respeito entre os alunos na escola?
- 11- Sua escola oferece em sua prática cotidiana algum tipo de atividade que facilita o dialogo entre os alunos?
- 12 – Você tem a oportunidade de dar suas opiniões na escola?
- 13 – Sua participação é aceita em sala de aula?
- 14- Seu responsável participa das reuniões escolares?

ANEXO A - Termo de Livre Consentimento Livre e Esclarecido

Fonte: Escola que Protege

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro responsável o representante legal, gostaríamos de obter os eu consentimento para a participação voluntária da pesquisa do menor _____.

Trata-se do Plano de Intervenção Educacional “**Implementação da equipe de mediação de conflitos na escola Estadual Profª Agda Fontes Ferreira**”, que será realizado na “Escola Estadual Profª Agda Fontes Ferreira”, vinculado a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD. Pretende-se levantar dados sobre os conflitos no ambiente escolar. O pesquisador responsável pelo projeto Priscila Larry e Gleise Ferreira, sob orientação da profa. Msc. Flávia Priscila Tenório, pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

O nome do(a) aluno(a) não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante os eu anonimato, a a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar o(a) voluntário (a). Não será cobrado nada, também não haverá taxas, nem indenizações ou ressarcimentos, bem como haverá qualquer vantagem ou remuneração. Se o(a) Sr(a) concordar em conceder esse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de Nossa Senhora do Socorro, como na Rede Estadual de Educação .

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, sem identificação, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone _____ ou pelo e-mail: _____.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do RG n° _____

fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e os objetivos da pesquisa, bem como a forma de participação do(a) menor _____.

Eu li e compreendi esse termo de consentimento, portanto concordo em dar o meu consentimento na participação do(a) menor como voluntário (a) na pesquisa, sem dúvidas, sabendo que não vamos ganhar nada e que teremos a nossa identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

(Assinatura d(a) participante)

_____, ____/____/____

cidade, data

(Pesquisador/a)

ANEXO B- Roteiro de Entrevista para o Profissional da instituição

Fonte: Escola Que Protege, Christine, 2015.

I – IDENTIFICAÇÃO
✦ Idade: ✦ Sexo: ✦ Curso de formação em nível superior: ✦ Ano de formação: ✦ Universidade de formação: ✦ Nível de formação? Graduação, Especialização, Mestrado...
II – FORMAÇÃO
✦ Por que escolheu essa profissão? ✦ Você teve outras opções? ✦ Em algum momento pensou em trabalhar com crianças e adolescentes? Como?
III – ATUAÇÃO PROFISSIONAL
✦ Como foi o início da carreira, quais foram as principais dificuldades/surpresas? ✦ Para a sua atuação profissional, o que a graduação não o ensinou? ✦ Sobre o envolvimento de criança e adolescentes em seu trabalho, quais as principais demandas/ocorrências? ✦ Sobre a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes, qual/quais tipo/tipos são frequentemente vivenciados/denunciados/constatado? ✦ Quais os procedimentos utilizados para os registros de casos de violência desde o momento da denúncia? ✦ E, como quais os encaminhamentos adotados para a resolução dos casos de violência (acompanhamento, denúncias)? ✦ Qual o seu papel enquanto proteção, garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes? ✦ Como você define seus objetivos profissionais frente às questões impostas? ✦ Quais os instrumentos mais utilizados na intervenção das questões referentes às crianças e adolescentes? ✦ Como você identifica os resultados de seu trabalho neste campo de atuação? ✦ Como você sistematiza os dados e informações da realidade na qual você atua? ✦ Qual a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na intervenção das questões relacionadas às crianças e adolescentes?
IV – PERSPECTIVAS E PROJETOS
✦ Você desenvolve ou desenvolveu algum projeto que envolva crianças e adolescentes? Sobre qual temática? Como é ou foi o desenvolvimento desta atividade? ✦ Sobre as questões que envolvem crianças e adolescentes, quais suas perspectivas, reflexões e idealizações?